

MPRA

Munich Personal RePEc Archive

The Scientific Practice In Social Sciences

Santos, Miguel

Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias

2013

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/43811/>
MPRA Paper No. 43811, posted 17 Jan 2013 09:48 UTC

A PRÁTICA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Miguel Baião Santos

**Faculdade de Economia e Gestão
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT)
Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa**
www.ulusofona.pt

ÍNDICE

	Pág.
I. Conceito de Positivismo	4
II. Conceito de Ciência	4
III. Conceito de Ciências Sociais	5
IV. Positivismo e Ciências Sociais	6
V. Pressupostos do Paradigma Positivista	6
VI. Críticas ao Modelo Positivista	7
VII. Ideias Chave e Autores	9
VIII. Empirismo e Metodologias	10
Bibliografia	12

A PRÁTICA CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

SUMÁRIO

A prática científica nas diversas ciências sociais não pode ser implementada sem que o investigador conheça aprofundadamente os pressupostos teóricos e meta-teóricos que sustentam os trabalhos de investigação.

Do mesmo modo, o conhecimento inequívoco dos conceitos, tendo em conta a matriz polissémica de muitos deles, permite conferir rigor e robustez às metodologias de investigação e à formulação das conclusões.

O presente texto pretende clarificar alguns conceitos cuja pertinência nos processos de pesquisa, se torna crítica na construção de valor acrescentado aos resultados da investigação.

Palavras-chave: investigação, ciências sociais, teoria, conceitos

Classificações JEL: C8, O32, Y8, Z13

¹ Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações. Professor Associado da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Investigador do SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações - ISEG/UTL). miguel.santos@ulusofona.pt

ABSTRACT

The scientific practice, in the several social sciences, cannot be implemented without the researcher clearly defines in depth the theoretical and meta-theoretical foundations that underpinning the research.

Similarly, the unambiguous understanding of the concepts, in view of the multi-conceptualizations core, allows providing the accuracy and strength of research methods and conclusions.

This paper seeks to clarify some concepts whose relevance in research processes becomes critical in building added value to research results.

Key-words: research, social sciences, theory, concepts.

JEL Classification: C8, O32, Y8, Z13

I. Conceito de Positivismo

Positivismo: *de positivo; s. m., sistema filosófico de Augusto Comte que se baseia nos factos e na experiência, e que deriva do conjunto das ciências positivas, repudiando tudo o que é metafísico e sobrenatural; pop: modo de encarar a vida unicamente pelo lado prático.*

(in Dicionário on-line Priberam)

O Positivismo é uma corrente filosófica cujo pioneiro foi o francês Augusto Comte (1798-1857). Surgiu como desenvolvimento filosófico do Iluminismo, a que se associou a afirmação social das ciências experimentais. Propõe para a existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia ou a metafísica. Assim, o Positivismo (na versão comtiana) associa uma interpretação das ciências a uma ética humana (Caria, 1999).

Alguns autores consideram Émile Durkheim como positivista e o verdadeiro herdeiro de Comte. O respectivo ponto de vista parte do conceito de que a ciência positiva constitui a única posição cognitiva possível do homem face à realidade externa. Durkheim ergueu o “factor social” ao *status* de elemento básico e decisivo para explicar os fenómenos que ocorriam no “reino social”, e que o social só se explica pelo social e que a sociedade é um fenómeno *sui generis*, independente das manifestações individuais dos seus membros.

O estudo científico da sociedade é possível utilizando o **modelo positivista**, alicerçando-se na observação, nos aspectos exteriores, objectivamente patentes nos factos sociais (e não no entendimento personalista dos fenómenos ou na intuição). Preconiza a separação entre juízos de facto e juízos de valor, submetendo a imaginação ao jugo da observação. Dito de outra forma, a metafísica dá lugar à observação e à enunciação de leis. Este modelo procura a regularidade das relações entre factos para formular leis de funcionamento e de eventual evolução (Cunha, 2003).

II. Conceito de Ciência

Ciência: *do lat. scientia; s. f., conhecimento rigoroso e racional de qualquer assunto; corpo de conhecimentos, sobre um determinado tema, obtido mediante um método próprio; domínio organizado do saber; conjunto organizado de conhecimentos baseados em relações objectivas verificáveis e dotados de valor universal; o conjunto das ciências; o universo da ciência; instrução; erudição; saber fazer; arte, técnica.*

(in Dicionário on-line Priberam)

O conceito de ciência pode-se reportar à investigação racional ou estudo da natureza, direccionado para a descoberta da verdade (em consonância com o método científico), ou pode-se referir ao conjunto organizado de conhecimento adquirido por aquela pesquisa. A Ciência é o conhecimento ou um sistema de conhecimentos que abarca verdades gerais ou a operação de leis gerais especialmente obtidas e testadas através do método científico (Kovács, 1994, 2007; Pinto, 1984; Silva e Pinto, 1986).

Menos formalmente, a palavra ciência geralmente abrange qualquer campo sistemático de estudo ou o conhecimento obtido desse.

A Ciência é um conjunto de conhecimentos empiricamente fundamentados, logicamente relacionados e organizados num sistema de proposições gerais, utilizando um agregado de métodos, procedimentos e técnicas pelos quais se obtém o conhecimento sistemático e

inequívoco da realidade (Kovács, 2007; Pinto, 1984; Silva e Pinto, 1986; Sponholz, 2007). A ciência encontra-se actualmente num processo inter-rectroactivo entre ciência, técnica, sociedade e estado (Morin, s/d), ou seja a técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade e esta, retroactivamente transforma a ciência, no qual o estado não tem um papel alheio (Kovács, s/d).

III. Conceito de Ciências Sociais

As Ciências Sociais são um ramo do conhecimento científico que estuda os aspectos sociais do mundo humano. Diferenciam-se das artes e das humanidades, pela preocupação metodológica, traduzida numa ênfase nos métodos qualitativos. Estudam o comportamento humano o qual tem um carácter espontâneo e de liberdade isentando-se da severidade do determinismo (Caria, 1999; Kovács, 1994, 2007; Pinto, 1984). Além disso estas ciências visam a interpretação e compreensão dos fenómenos sociais intrinsecamente, conectando a acção social com os próprios valores que a justificam. Por conseguinte não há verdades ímpares dos fenómenos sociais, podendo mesmo coexistirem distintas erudições segundo várias ópticas. A complexidade dos fenómenos sociais implica pluralidade causal e previsão em termos probabilísticos (Kovács, 1994, 2007; Pinto, 1984).

As disciplinas do *curriculum* das Ciências Sociais vão desde a antropologia, à sociologia, passando pelas ciências políticas. As ciências sociais germinaram na Europa do século IX, mas foi no século XX, no decurso das obras de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber que estas se desenvolveram (Cunha, 2003). A disciplina *primus inter pares* - a sociologia - é um neologismo cunhado por Émile Durkheim, tendo sido este o primeiro teórico e conceptualista (Pinto, 1984). Embora a obra de Karl Marx seja anterior, este viria também a ser reconhecido sob o epíteto de sociólogo. No meio-termo entre o academismo e o militantismo está a participação de Max Weber, para quem a ciência e a política têm ídolos distintas (Cunha, 2003; Graça, 2005).

Em suma, podemos afirmar que as características identificáveis nas Ciências Sociais são as seguintes:

- **Lógica** – Visa a compreensão racional do comportamento social;
- **Determinista** – Os comportamentos sociais têm causas que justificam a sua ocorrência;
- **Geral** – Procura a correlação entre fenómenos;
- **Poder explicativo**: Visa obter o poder explicativo de um pequeno número de variáveis;
- **Específica** – Especificar os métodos de medição dos fenómenos sociais;
- **Empiricamente verificável** – As teorias são testadas no mundo real para proceder à validação;
- **Aberta à mudança** – Nenhuma teoria social sobrevive indefinidamente.

*

IV. Positivismo e Ciências Sociais

A **corrente positivista** preconiza a ciência como a forma suprema do conhecimento relativamente a outros domínios como a religião, a ideologia ou o senso comum. Apresenta a ciência como o único conhecimento válido que representa o real de forma objectiva, não sendo condicionada pela sociedade.

A respectiva aquisição advém da observação e da experiência, separando o sujeito do objecto e instituindo claramente a cisão entre juízos de facto e juízos de valor. A subordinação da fantasia à observação constitui o respectivo sustentáculo.

A formulação de premissas de funcionamento e de possível evolução advém da procura incessante da regularidade das relações entre factos. Como já foi referido anteriormente, é colocada toda a ênfase na quantificação.

O desenvolvimento da ciência é um processo cumulativo e ininterrupto caracterizado pela especialização e pela profissionalização. Separada da ética, a ciência procura explicações e previsões, controlando e dominando a natureza e a sociedade. De igual modo existe disjunção entre as tarefas dos investigadores e a posterior aplicação técnica.

V. Pressupostos do paradigma positivista

Inerente aos seus axiomas e do decorrente desenvolvimento, o positivismo apela à desvalorização das outras formas de conhecimento, postulando a divisão entre os especialistas que produzem o conhecimento científico e os leigos (entendidos como os não especialistas).

Considera que a especialização científica conduz ao dismantelamento do saber (considerando que é um simples acervo de conhecimentos parciais). Os investigadores e teóricos são desresponsabilizados pela aplicação técnica do conhecimento, por eles próprios produzido. A ausência de controlo público [ou controlo social (Chagas Lopes, 1999)] é evidenciada neste contexto.

Dada a natureza do paradigma o próprio papel da imaginação e da criatividade individuais, na actividade científica, são cerceadas. Postula a desvalorização dos métodos não utilizados pelas ciências naturais. Como corolário pode-se afirmar que este paradigma visa o aumento da capacidade de adaptação dos indivíduos, em detrimento da capacidade criativa, e que a realidade é objectiva e independente do observador.

No que diz respeito às **ciências sociais** (e mais especificamente à sociologia) a corrente do positivismo sociológico tem por objectivo identificar factos e estabelecer relações entre esses mesmos factos. Tal como referido por Durkheim (op. cit. Kovács, 2007) “ *A causa determinante de um facto social deve ser procurada entre os factos sociais antecedentes e não entre os estados de consciência individual*”. Dito de outra forma, a consciência grupal exerce um constrangimento sobre os indivíduos, assumindo uma existência independente dos indivíduos (é a realidade objectiva dos factos sociais).

Na sociologia o processo de produção científica é objectivo (ou impessoal) e teoricamente racional onde os elementos extra-científicos (p.e. os juízos de valor) não se podem imiscuir. A produção científica está afectada por visões de mundo, por ideias de valor e ideologias que

formatam a actividade científica (Kovács, s/d; Morin, s/d) Ao enfatizar ao longo de sua obra o carácter exterior e coercitivo dos factos sociais, Durkheim (*op. cit.* Caria, 1999) menosprezou a criatividade dos homens no processo histórico. Estes surgem sempre, na sua obra, como seres passivos, e nunca como sujeitos capazes de intervir e transformar a realidade histórica.

Tal como outros modelos e teorias, o positivismo sofreu algumas críticas metodológicas e conceptuais, corporizadas por autores como J. Habermas, Marcuse, C. Wright Mills, Thomas Khun, Karl Popper e Mannheim (Almeida e Pinto, 1986; Kovács, s/d, 2007; Sponholz, 2007)

VI. Críticas ao Modelo Positivista

À semelhança de outras correntes, as respectivas virtudes e inconvenientes são sempre objecto de opiniões diversas e, por vezes, geradoras de alguma polémica.

Nos **anos 20** do século XX (a ciência social compreensiva, 1920, com Weisenberg) aparece uma primeira crítica a este modelo na qual se argumenta que não pode existir unidade em ciência: as Ciências da Natureza e as Ciências Sociais são vivamente diferentes (Cfr. Quadro 1). Estas têm algumas especificidades no que diz respeito aos objectos de estudo e aos métodos de investigação. A validade e objectividade dos conhecimentos científicos só são verdadeiros se o investigador ou cientista: a) é motivado pela busca da verdade, b) cumpre as regras da investigação científica e c) impõem claramente limites entre a actividade científica e a actividade política.

Quadro 1. Diferenças entre Ciências Sociais e Ciências Naturais

DIFERENÇAS ENTRE CIÊNCIAS SOCIAIS E CIÊNCIAS NATURAIS	
CIÊNCIAS NATURAIS	CIÊNCIAS SOCIAIS
Estudam fenómenos submetidos a determinismos.	Estudam o comportamento humano que tem um cunho de espontaneidade e de liberdade e escapa à rigidez do determinismo.
Estabelecem relações necessárias entre factos (formulam leis).	Interpretam e compreendem os fenómenos sociais por dentro, relacionando a acção social com os valores que lhe dão sentido.
Há uma única interpretação dos fenómenos naturais.	Não há uma única interpretação dos fenómenos sociais, podem coexistir diversas leituras segundo várias perspectivas.
Universo observado é quantificável, ênfase nos métodos quantitativos.	Universo observado é qualitativo; ênfase nos métodos qualitativos.
Causalidade simples e previsão certa.	A complexidade dos fenómenos sociais implica pluralidade causal e previsão em termos probabilísticos.

Fonte: Adaptado de Kovács, 2007

Mais tarde, nas **décadas de 60 e 70, Habermas, Marcuse e Mills** (Kovács, 2007) retomam algumas críticas ao positivismo considerando a ciência social como uma ciência crítica. Assim, estes autores argüem que o contexto social e institucional leva à industrialização e burocratização da própria ciência. A “comunidade científica” está imbuída de uma forte estratificação (elite privilegiada, trabalhadores científicos, etc.). Consideram ainda que a Ciência Crítica deve ser responsável e moral e socialmente comprometida. A busca da verdade incorpora-se com o objectivo de promover as consequências potencialmente benéficas e de acautelar as perniciosas (recusando a utilização manipulativa e militar da ciência). Esta teoria faz a análise crítica das correntes científicas dominantes e das práticas sociais. Argumenta que a função da ciência social é contribuir para a transformação da sociedade (humanizando-a e democratizando-a). Consagra a separação das instituições estatais das estruturas empresariais. Assim, em paralelismo temporal com muitas outras teorias suas contemporâneas, põe a tónica nos métodos qualitativos, na imaginação e na auto-reflexão, desmistificando os métodos e as técnicas de investigação, pugnando pelo que pode ser não repetitivo e rotineiro (“artesanato intelectual”) (Kovács, 2007).

Também **Thomas Khun** faz a apologia crítica do modelo positivista. Para este autor o princípio da organização das teorias científicas não é meramente lógico, são os **paradigmas** que orientam e controlam a actividade científica, pois estabelecem quais os problemas, quais os dados e que técnicas de investigação devem ser aplicadas e que soluções são toleráveis. Uma simples colagem ao paradigma globalmente dominante pode impedir a admissão de novas teorias (denotando um carácter conservador da ciência), mas ao mesmo tempo permite o desenvolvimento da ciência, visto que não há polémicas infundáveis sobre quaisquer pressupostos teóricos. Khun teoriza que a evolução da ciência é irregular, pois existem ciclos que se alternam entre si (ciência normal e fases revolucionárias, alternam-se entre si) (Morín, s/d; Almeida e Pinto, 1986). Na ciência normal os cientistas não desenvolvem novas teorias, mas aprofundam e aperfeiçoam conhecimentos (à luz do paradigma dominante). As fases revolucionárias caracterizam-se pelo aparecimento de um novo paradigma capaz de resolver as anomalias; os saberes anteriores são reconsiderados, os cursos e material de ensino alterados, pelo que os cientistas encaram o mundo de um modo diferente.

Similarmente, para Karl **Popper** o positivismo está marcado por vários equívocos. Diz este autor que não há ciência isenta de valores extra-científicos, a oposição não está entre ciência e ideologia, mas entre ciência e dogma (teorias fechadas à crítica que não admitem a sua contestação, p.e. marxismo ou freudismo) (Kovács, s/d, 2007). Para Popper o conhecimento científico é momentâneo, nada está definitivamente estabelecido; a ciência está em permanente metamorfose, dado que prospera enquanto procura soluções para problemas (Esteves, 1986; Silva e Pinto, 1986). Se estas soluções propostas são criticadas e se resistirem às objecções são aceites temporariamente. É a refutação que gera o desenvolvimento científico, pois permite abrir novas fontes de investigação, ampliando o campo da investigação. No que diz respeito à objectividade, Karl Popper, considera-a património colectivo (e não individual inerente à *praxis* do investigador) que advém das críticas recíprocas, em função de contextos sociais e políticos circunstanciais (Esteves, 1986; Kovács, s/d, 2007; Silva e Pinto, 1986).

As objecções de **Mannheim** vão na mesma direcção. À semelhança do que postulava Weber (Kovács, 2007), este autor considera que o observador faz parte do que está a ser observado, pelo que os interesses e objectivos individuais (e de grupo) enraizados em situações sociais interpõem-se na interpretação dos fenómenos sociais. A política e visões diferentes impelem os conflitos intelectuais. A objectividade não diz respeito à fiabilidade dos dados e à eventual validade das conclusões mas aos interesses. No entanto, Mannheim considera que a objectividade nas Ciências Sociais é possível através da percepção e controlo das valorações (Kovács, 2007). A *intelligentsia* da sociedade moderna favorece a objectividade, por um lado,

devido à sua desvinculação e, por outro, a existência de tradições e interesses ligados à posição intelectual (Kovács, 2007).

VII. Ideias Chave e Autores

AUGUSTO COMTE (1798-1857) precursor do positivismo. A afirmação social das ciências experimentais. Associa uma interpretação das ciências a uma ética humana. O estudo científico da sociedade é possível utilizando o modelo positivista, com os seguintes itens: observação, objectividade dos factos sociais, separação entre juízos de facto e juízos de valor, procura a regularidade das relações entre factos para formular leis de funcionamento e de eventual evolução.

ÉMILE DURKHEIM (1858-1917) a ciência positiva constitui a única posição cognitiva face à realidade externa. Os factos sociais explicam os fenómenos do que é social. Desenvolvimento da tradição positivista geral.

EDGAR MORIN (s/d). Não há ciência pura. Uma teoria não é o conhecimento, permite o conhecimento. Conceito de processo inter-retroactivo entre ciência, técnica, sociedade e estado. A produção científica não é totalmente objectiva. É afectada por perspectivas, por ideias de valor e por ideologias que conformam a ciência. O Paradigma da Complexidade.

HABERMAS, MARCUSE E MILLS (anos 60-70) críticas ao positivismo considerando a ciência social como uma ciência crítica. Tónica nos métodos qualitativos, na imaginação e na auto-reflexão, desmistificando os métodos e as técnicas de investigação.

KARL POPPER (anos 70) o conhecimento científico é momentâneo. A ciência está em permanente metamorfose, dado que prospera enquanto procura soluções para problemas. A objectividade é colectiva. É a refutação (ou crítica) que gera o desenvolvimento científico.

MANNHEIM (anos 60) O observador faz parte do observado. A objectividade diz respeito aos interesses. Ideologia e utopia são um espelho da realidade numa perspectiva circunscrita pelos interesses e objectivos particulares, omitindo certos aspectos, mas possibilitando a descoberta de outros aspectos da realidade social.

THOMAS KHUN (anos 60) ao contrário do que é postulado pelo positivismo são os paradigmas que orientam e controlam a actividade científica, num determinado momento. A evolução da ciência é irregular, pois existem ciclos que se alternam entre si, entre a “normalidade” e a revolução científica.

*

VIII . Empirismo e Metodologias

*Não se aprende bem a não ser pela experiência.
Francis Bacon*

Na perspectiva filosófica, **empirismo** é o movimento que acredita nas experiências como únicas (ou principais) formadoras das ideias, discordando, portanto, da noção de ideias inatas.

Na ciência, o **empirismo** é normalmente utilizado quando falamos no método científico moderno (que é originário do empirismo filosófico), o qual defende que as teorias científicas devem ser baseadas na observação do mundo, e na experiência, em detrimento da intuição ou das crenças. Os seus principais teóricos foram Francis Bacon, John Locke e David Hume, entre outros.

O termo tem uma etimologia dupla: a palavra latina *experientia* (de onde deriva a palavra "experiência"), e a expressão grega *εμπειρισμός*. (In: dicionário online Priberam.)

Esta corrente é uma das perspectivas sobre a relação entre teoria e experiência. O **empirismo** postula que a produção do conhecimento é dominada pelo facto observado (Castells, 1976, *op. cit* Kovács, s/d). Isto é, o conhecimento resulta da experiência. O **método indutivo** preconiza que a construção do conhecimento científico parte da observação de factos particulares sem a influência de ideias preconcebidas, no sentido de formular e comprovar leis. A orientação vai do particular para o geral, do concreto para o abstracto, dos factos para a teoria. No **método dedutivo** as asserções são inferidas das teorias. O **formalismo** entende a produção do conhecimento como corolário da teoria. Vai mais longe ao preconizar a ausência de experimentação, num enquadramento de teorias auto-suficientes.

Na investigação social, mais concretamente na sociologia, o **empirismo** caracteriza-se pela análise objectiva da realidade pois utiliza métodos rigorosos. O aspecto fundamental da investigação e de objectividade reside nos métodos e técnicas de recolha, tratamento e análise dos dados. Enfatiza a análise quantitativa dos fenómenos sociológicos, sem aludir ao contexto da sociedade global. Em suma, o que não for mensurável não poderá tornar-se objecto de estudo.

Bourdieu *et al* (2002; *op. cit.* Moraes, 1986; 1968, *op. cit.* Kovács, 2007) criticam o empirismo ao apontar: *"A maldição das ciências humanas, talvez, seja o fato de abordarem um objecto que fala. [...] Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e respectivas motivações, para justificar a conduta deles e, até mesmo, os fundamentos que sugerem. Ao proceder dessa forma, o sociólogo corre o risco de substituir pura e simplesmente os seus próprios juízos prévios pelos juízos dos que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objectivo da sociologia espontânea do cientista e da sociologia instintiva do seu objecto"*. Os autores criticam o empirismo exacerbado que conduz à submissão pura aos factos e aos fenómenos como única obrigação. Não existe uma compreensão mais abrangente dos significados dos fenómenos sociológicos. O empirismo acredita apreender o significado das estruturas e dos actores como se o real se revelasse pelos dados, retirando a subjectividade do pesquisador (Moraes, 1986). Outrossim, os dados de *per se* não dão respostas, pois são edificados sob uma determinada óptica e em função de certas interrogações.

Em 1971, Jacob (*op. cit* Kovács, 2007) argumenta que no âmbito da perspectiva empirista, para que um objecto possa ser passível de análise terá de ser percebido como tal e identificável perante uma teoria. É a teoria que despoleta a experiência, determinando o formato da

pergunta e balizando a resposta. O acaso significa que a observação foi feita por acidente, e não com o intuito de verificar uma teoria. A teoria capaz de interpretar o acidente já lá se encontrava.

Também Almeida e Pinto (1986) referem a propósito das exigências da pesquisa empírica e do postulado da teoria como ponto de partida insubstituível, que tal não pode querer significar que a análise de situações concretas se remeta necessária e definitivamente ao interior de um círculo traçado previamente, pelo conjunto de hipóteses pertinentes incluídas nessa mesma matriz teórica. Isto é, podem existir fenómenos e factos cuja matriz teórica não abrange nem encerra capacidade de fundamentação. Estes autores arguem ainda que o primado epistemológico absoluto da teoria pode constituir um obstáculo ao progresso científico. Porém acrescentam que o papel de comando da teoria na pesquisa empírica tem de ser cindido em duas vertentes: a teoria principal (de generalidades ou enquadradora) e a teoria ou teorias auxiliares (de dimensão operacional ou simbólico-ideológica).

*

Bibliografia

ALMEIDA, J. FERREIRA e PINTO, J. MADUREIRA (1986) *Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais*. In: Santos Silva, Augusto; Madureira Pinto, José (org.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*. Ed. Afrontamento, Cap. II, Porto.

BAPTISTA, ANTÓNIO MANUEL (2002) *A Ciência Não é uma Convenção Social*. In Expresso Revista. Acessível em: http://segundasedicoes.expresso.clix.pt/revista/artigos/interior.asp?edicao=1536&id_artigo=ES54744

BAPTISTA, ANTÓNIO MANUEL (2002) *Em Defesa da Ciência*. In Expresso Revista. Acessível em: http://segundasedicoes.expresso.clix.pt/revista/artigos/interior.asp?edicao=1532&id_artigo=ES52190

CARIA, TELMO H. (1999) *A Reflexibilidade e a Objectivação do Olhar Sociológico na Investigação Etnográfica*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 55, pp. 5-36.

CASTELLS, MANUEL (1996, 2000), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura - A Sociedade em Rede*, Volume I, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Edição.

CHAGAS LOPES, M. e PINTO, A., (1999), *Competitividade, Aprendizagens e Soluções Pedagógicas*, Ed. Celta, Oeiras.

CUNHA, ISABEL FERÍN (2003) *Repensar a Investigação Empírica Sobre os Media e o Jornalismo*. Universidade da Beira Interior. Acessível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>

ESTEVES, A. JOAQUIM (1986) *A Investigação-Ação*. In: Santos Silva, Augusto; Madureira Pinto, José (org.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*. Ed. Afrontamento, Cap. X, Porto.

GRAÇA, JOÃO CARLOS (2005). *Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Económica?* Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, pp. 111-129.

KOVÁCS, ILONA (s/d.) *A Sociedade como Realidade Pluridimensional e a Sua Análise*, in: Ilona Kovács et al., *Sociologia*, Associação de Estudante do I.S.E., pp. 3-40. Lisboa.

KOVÁCS, ILONA (1994) *Cientistas Sociais Nos Processo de Mudança do Trabalho e das Organizações*, IN: Gonçalves, Maria Eduarda: *Comunidade Científica E Poder* Edições 70. PP. 239- 256. Lisboa.

KOVÁCS, ILONA e CASTILLO, JUAN J. (1998): *Novos Modelos de Produção*, Ed. Celta, Oeiras.

KOVÁCS, ILONA (2007) *Apresentação de Apoio à Disciplina de Metodologia da Investigação Social*, Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG, Lisboa.

MORAES, RAFAEL V. (1986) *Por uma Pesquisa Imaginativa na Formação do Jovem Pesquisador*. Acessível em: www.scielo.br

MORIN, EDGAR (s/d.) *Ciência com Consciência*. Ed. Europa-América, pp. 25-37 e 237-255. Lisboa.

PINTO, JOSÉ MADUREIRA, (1984) *Epistemologia e Didáctica da Sociologia*. In Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 14.

QUIVY, RAYMOND e CAMPENHOUDT, LUC VAN (1992) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Ed. Gradiva. Lisboa.

SANTOS, BOAVENTURA SOUSA (2002) *A Construção de um Insulto*, in Expresso Revista. Acessível em:
http://segundasedicoes.expresso.clix.pt/revista/artigos/interior.asp?edicao=1534&id_artigo=ES53515

SPONHOLZ, LIRIAM (2007). *Entre Senso Comum e Ciência: o Conhecimento Híbrido do Jornalismo*. In: Ciências & Cognição; Ano 04, Vol 10, pp. 02-14. Acessível em www.cienciasecognicao.org